

Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 11, volume 18(1): 285-295 (2007)

RESENHAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2006
Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”,
“castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:
Terras tradicionalmente ocupadas.
(Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico”, 2)
Manaus: PPGSCA-UFAM.

Peter Schröder¹

Numa conjuntura política de crescente reconhecimento oficial de formas de ocupação de terras diferentes das modalidades capitalistas, e categoricamente classificadas como “tradicionais”, e de maior envolvimento de saberes antropológicos nos processos de regularização dessas terras, trabalhos de caráter introdutório sobre as diversas categorias em jogo e seus significados são muito bem-vindos. Este livro de um reconhecido especialista no assunto apresenta dois trabalhos separados por um intervalo de vinte anos, um tendo sido escrito em 1985 e o segundo, em 2004, mas que problematizam as mesmas questões: Que são, afinal, terras tradicionalmente ocupadas? Quais são as categorias étnicas e locais em operação e como elas são abordadas pela legislação em vigor? Como estabelecer um diálogo entre essas categorias e uma conceituação posi-

¹ Professor do PPGA/UFPE e co-editor deste periódico.

vista do direito? E como os atores sociais habitantes dessas terras se organizam politicamente para dar voz a suas reivindicações territoriais?

Implicitamente, um tema geral que permeia o livro inteiro é o desafio de colocar o pluralismo jurídico como princípio norteador de práticas de ordenamento espacial relativas a grupos sociais com modos culturalmente diferenciados – geralmente coletivos – de ocupação territorial. Neste sentido, o esforço do autor é voltado para a relativização de esquemas interpretativos percebidos entre os chamados positivistas do direito por demonstrar que a suposta harmonização dos registros cadastrais pela aplicação de noções pré-concebidas como “propriedade comum” ou “uso comum” produz interpretações falhas e inadequadas da enorme diversidade das realidades sociais concretas.

Na apresentação dos dois trabalhos neste livro, a ordem cronológica dos textos foi invertida: primeiro vem o de 2004/2005, depois o de 1985. No primeiro texto, que é um desdobramento de diversos aspectos do segundo, Almeida analisa a relação entre o surgimento de diversos movimentos sociais de caráter étnico e não étnico e processos de territorialização correspondentes, discutindo conceitos como ‘territorialização’ (num sentido um pouco diferente daquele proposto por João Pacheco de Oliveira), ‘populações tradicionais’, ‘comunidades tradicionais’ e a própria noção de ‘tradicionalidade’, enquanto no segundo texto diversas categorias de terras são apresentadas e analisadas em suas dimensões históricas e sociais. O livro contém várias tabelas úteis para comparações entre categorias de terras e movimentos sociais relacionados com elas, o que facilita usar a publicação como um tipo de manual para consultas, com as devidas ressalvas, porque ela não foi escrita com esta intenção.

A leitura deste livro pode ser recomendada a todos os interessados em questões relativas aos desafios colocados pelas diversas modalidades culturais de ocupação de terras no Brasil.

KRAUS, Michael. 2004.
Bildungsbürger im Urwald:
Die deutsche ethnologische Amazonienforschung (1884-1929).
(Curupira, 19)
Marburg: Curupira. 539 p.²

Peter Schröder³

O que são *Bildungsbürger*? E o que eles fazem na selva amazônica? Que houve uma contribuição alemã aos primórdios da etnologia indígena no Brasil é bem conhecido entre os especialistas, e os nomes mais citados neste contexto são Karl von den Steinen, Theodor Koch-Grünberg e Curt Nimuendaju. Conhecimentos mais abrangentes sobre os pesquisadores alemães daquela época, no entanto, são raros até entre os bem iniciados em história da Antropologia brasileira, e isso não pode ser atribuído exclusivamente à barreira que freqüentemente representa a língua alemã, como uma parte das obras desses autores, por mais reduzida que ela seja, foi traduzida para o português ou o espanhol. O que estava faltando até agora, contudo, foi uma sinopse da pesquisa antropológica alemã na Amazônia numa época antes da institucionalização da Antropologia no Brasil. Por isso, Michael Kraus presta, com esta tese de doutorado defendida na Philipps-Universität Marburg em 2004, um serviço de valor excepcional à reconstrução da história da etnologia indígena no Brasil e em países vizinhos para o período do final do século XIX à primeira metade do século XX.

O objetivo principal do trabalho é fazer uma contribuição à história da Antropologia (não apenas na Alemanha) e analisar as condições ini-

² Para solicitar o livro basta entrar em contato com a editora pelo site www.curupira.de ou pelo e-mail <info@curupira.de>. O preço é EUR 25,00. A introdução pode ser baixada em www.curupira.de/schriften/cu19_ein.pdf.

³ Professor do PPGA/UFPE e co-editor deste periódico.

ciais, os percursos e as conseqüências das “expedições” de pesquisa, as quais foram realizadas, com poucas exceções, até os anos da Primeira Guerra Mundial. O referencial escolhido foram os 45 anos entre a primeira expedição científica ao Alto Xingu, organizada por Karl von den Steinen em 1884, e sua morte em 1929. Trata-se da época da institucionalização da Antropologia alemã, inicialmente mais no ambiente dos museus etnológicos, até a decadência da área iniciada com os impactos da guerra.

Para abordar o tema Michael Kraus optou por focalizar biografias e pesquisas de vários etnólogos: principalmente Karl von den Steinen (1855-1929), Paul Ehrenreich (1855-1914), Konrad Theodor Preuss (1869-1938), Theodor Koch-Grünberg (1872-1924), Max Schmidt (1874-1950) e Fritz Krause (1881-1960), mas também, com menos detalhes, Herrmann Meyer (1871-1932), Wilhelm Kissenberth (1878-1944) e o suíço Felix Speiser (1880-1949). Curt Nimuendaju, por sua vez, só aparece em poucos trechos do livro. Kraus analisou tanto os interesses e motivações de pesquisa, os ideais e idéias intelectuais quanto as condições de trabalho e as diversas limitações às quais elas estavam sujeitas.

O trabalho não é caracterizado por ambições teóricas, as quais são negadas explicitamente, mas pelo esforço de uma reconstrução histórica minuciosa e muito criteriosa. O ‘campo’ de Krause foram bibliotecas e arquivos e o ‘material’, publicações, documentos e correspondências oficiais e privadas, numa combinação bem-sucedida de métodos históricos com teorização antropológica. Trata-se, num sentido figurativo, de uma ‘pesquisa de campo multilocal’, com os pesquisadores estudados no papel de ‘nativos’. O resultado, no entanto, não é uma crítica pós-moderna da Antropologia alemã da época. Pelo contrário, o autor não é tímido ao direcionar ironias sutis e às vezes cáusticas contra certas versões autoritárias de um discurso pós-moderno que se apresentam como o *non plus ultra* da teorização antropológica sem perceber suas próprias

limitações e temporalidades. Em diversos trechos do livro Kraus parece levar uma bandeira com o lema “contra a arrogância”. Isto não significa que as idéias e interpretações dos pesquisadores, majoritariamente de cunho evolucionista ou difusionista, foram estudadas de forma acrítica, mas que elas foram devidamente contextualizadas e diferenciadas, o que fez com que os mesmos autores apareçam de um modo menos esquemático e bem mais humano, com todas as suas virtudes e fraquezas.

O autor nos convida para uma longa viagem com muitos pontos altos e detalhes fascinantes, uma viagem ilustrada por fotografias raras, em parte inéditas, e documentos da época. Ela começa com uma análise do ambiente histórico, social e institucional na Alemanha da época, enquanto a parte central do livro são as próprias expedições, em três fases: o caminho para a América do Sul, os trajetos da chegada no continente às áreas indígenas e as próprias pesquisas realizadas nelas. Apesar da enorme quantidade de informações levantadas e incorporadas, a leitura é fácil e agradável, sem prejuízo para a qualidade do texto. Quanto mais profundas e detalhadas as análises do material histórico, tanto mais questionáveis parecem diversas interpretações e visões sobre os etnólogos da época. Neste sentido, Kraus teve uma ‘experiência malinowskiana’: quanto mais contato ‘direto’ com os ‘nativos’, tanto mais necessárias são revisões dos pressupostos teóricos sobre os mesmos.

À *propos* Malinowski, um aspecto muito interessante do trabalho de Kraus é ter relativizado o idealizador inicial da pesquisa de campo e seus críticos pós-modernos ao mesmo tempo por demonstrar de forma sistemática e coerente que os etnólogos alemães da época já tinham plena consciência dos aspectos subjetivos do campo, os quais eles refletiram em suas correspondências e também nas obras publicadas.

Mas por que *Bildungsbürger*? O termo nativo da língua alemã refere-se a uma característica social da época: uma distinção entre a burguesia econômica (principalmente o empresariado) e a chamada burguesia intelec-

tual (advogados, médicos, pastores, professores, etc.). A análise do ambiente social dos etnólogos estudados por Kraus revela que se tratava de acadêmicos que podem ser considerados representantes legítimos do *Bildungsbürgertum* (burguesia intelectual) alemão: suas pesquisas e expedições foram realizadas em contextos coloniais, mas guiadas pelos ideais de *Bildung* e conhecimento representados de forma exemplar pelos irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt – e não por ambições de conquistas coloniais. Foi esse *Geist* que permeou seus empreendimentos de pesquisa, seus textos e suas visões dos indígenas. Eram pré-conceitos, sim, mas não eram coloniais, e ainda menos militaristas. No caso de Koch-Grünberg, até temos manifestações abertamente anti-nacionalistas.

Kraus conseguiu confirmar de forma convincente sua hipótese principal de que as pesquisas analisadas e suas produções bibliográficas reproduziram implicitamente os valores consagrados da burguesia intelectual alemã. Por um lado, as interpretações tanto positivas quanto negativas das culturas e sociedades indígenas encontradas nas obras dos autores citados se encaixam no sistema valorativo da *Bürgerkultur* (cultura burguesa) do Império Alemão. Por outro lado, se bem que várias dessas interpretações mereçam ser refutadas hoje em dia, os mesmos autores fizeram diversas contribuições valiosas para relativizar uma série de visões negativas sobre os povos indígenas da América do Sul.

Se a tarefa fosse indicar uma série de trabalhos da Antropologia alemã atual que deveriam ser traduzidos para o português, o autor desta resenha colocaria este livro em um dos primeiros lugares.

LASMAR, Cristiane. 2005.
De volta ao Lago de Leite:
Gênero e transformação no Alto do Rio Negro.
São Paulo: Editora Unesp. 539 p.

Izabel Missagia de Mattos

Merecedor de Menção Honrosa no Concurso Brasileiro de Obras Científicas e Teses Universitárias promovido pela ANPOCS em 2006, o livro de Cristiane Lasmar aborda, sob um viés de gênero, as transformações experimentadas pelos povos do Alto Rio Negro em sua passagem para a vida urbana São Gabriel da Cachoeira, cidade amazonense de população proeminentemente indígena.

As questões que orientaram a investigação coincidem com problemáticas sociais contemporâneas prementes e de grande complexidade, como a violência sexual enquanto experiência que emerge das relações interétnicas, analisada sob criterioso crivo teórico acerca dos universos sócio-cosmológicos que lhe dão sentido. Ao longo da história das transformações indígenas, a investigação busca, em última instância, os motivos profundos e constantes que levam os povos do Uaupés – cerca de dezessete grupos étnicos, pertencentes às famílias lingüísticas aruak e maku, que compunham uma população de 9.300 indivíduos reunidos sob um sistema de troca que o torna culturalmente homogêneos – a uma permanente e aparente relação de sujeição à dominação dos ‘brancos’.

A obra é organizada primorosamente em termos metodológicos, desde sua apresentação em divisões cadenciadas e articuladas entre si, ainda que, devido ao cuidado e a profundidade que caracterizam suas interpretações e conclusões parciais, cada uma de suas unidades possa ser lida separadamente com bastante proveito. Fruto de tese de doutorado defendida no Museu Nacional da UFRJ em 2002, o livro proporciona uma leitura absorvente, sendo todos os capítulos igualmente importan-

tes, o que o torna homogeneamente fascinante pela riqueza de informações etnográficas e etnológicas sobre o campo pesquisado.

Trata-se de estudo integrado ao grupo de pesquisa do Núcleo de Transformações Indígenas (NUTI), organizado no Museu Nacional, voltado, sobretudo, para questões sobre a filosofia acerca das concepções endógenas das relações entre ‘índios’ e ‘brancos’. Difere-se, desta maneira, das abordagens processual e histórica que busca contextualizar as mesmas relações em um sistema trans-cultural mais englobante. Ainda que um histórico das relações seja informado ao leitor na parte introdutória do livro – enfatizando os diferentes tipos de ‘jugo’ vividos pelos povos do Uaupés, inicialmente por parte dos colonos e missionários, passando pelos regatões e militares –, a autora não chega a considerar as concepções dos diversos autores sobre o contato, bem como as transformações também ocorridas no ‘mundo dos brancos’ ao longo do mesmo processo de ‘mistura’.

Os atributos que distinguem a categoria genérica ‘brancos’, em oposição aos ‘índios’, segundo a cosmologia dos povos do Uaupés, residiram primordialmente nos pontos de vista sobre a vida social. Enquanto os primeiros, habitantes de cidades, não valorizariam o parentesco e seriam ‘egoístas’, os últimos, vivendo em comunidades ribeirinhas, cuidam dos parentes e fazem festas (p. 215).

O título do livro é inspirado na mitologia dos povos do Uaupés, segundo a qual sua origem comum seria derivada da viagem de uma cobra-canoa rio acima, a partir do Lago de Leite, situado a Leste, rumo ao Oeste, ao longo da qual os diferentes grupos se fixaram em seus territórios.

Inicialmente interessada no discurso das mulheres indígenas sobre a situação de violência sexual praticada pelos ‘brancos’, a autora deparou-se com uma realidade na qual também encontros sexuais consentidos, namoro e casamento pareciam tomar parte do mesmo fenômeno. Passou

a preocupar-se, assim, em evitar “cair nos clichês da vitimização”, investigando as sutilezas da capacidade de agência (*agency*) das mulheres. Para isso, a autora mergulha nos estudos realizados sobre o sistema de parentesco, que revelam em todos os grupos da região a regra virilocal e a conseqüente ênfase valorativa no grupo agnático.

A situação da mulher, do ponto de vista êmico, a coloca no lugar da alteridade, uma vez que, concebida e criada para ser concedida a outrem, abandonará fatalmente seu grupo local. Esta situação prevista pelo sistema de parentesco proporciona à mulher desde cedo o sentimento de ser uma ‘estranha’, primeiramente entre o seu próprio grupo de origem e posteriormente no grupo que lhe recebe. Por isso, afirma a autora que “no Uaupés, a mulher é o signo da diferença no interior do grupo local, metaforizando a alteridade e seus perigos”. As cantigas femininas registradas em seu trabalho etnográfico durante as festas na comunidade atestam essa ‘sensação de deslocamento’ que acompanha as mulheres, devido ao ‘viés androgênico’ do sistema.

As relações das indígenas com os ‘brancos’, segundo demonstra Lasmar, possui significados abrangentes que não dizem respeito apenas à experiência feminina nos povos do Uaupés. Inpletindo todo o sistema social, o viés de gênero constitui, outrossim, uma importante chave para a compreensão dos mecanismos sócio-cosmológicos que informam as transformações indígenas.

A migração dos povos dos Uaupés em direção a São Gabriel – cidade originada a partir do forte erigido com a celebração do tratado de Madri, em 1759, para garantir a integridade do território português – é movida pelo seu interesse em apropriar-se da capacidade e dos bens dos brancos. Este interesse por conhecimento, por sua vez, encontra-se solidamente fundamentado nas teorias nativas sobre o xamanismo enquanto sistema de conhecimento capaz de sustentar as *transformações*. Neste sentido, o próprio movimento de transformação dos indígenas,

acompanhado e sustentado pela incorporação do conhecimento dos brancos, passa a ser interpretado como permanência do sistema tradicional. Segundo demonstra a autora, na mesma medida em que a apropriação do conhecimento dos brancos é considerado uma via para as transformações ocorridas no mundo vivido pelos indígenas – que incluem aspectos sociológicos, mas também suas afecções e corpos –, também o saber xamânico é considerado, segundo a lógica tradicional, pelas “capacidades transformativas importantes a quem o detém” (p. 215).

Ainda que a abordagem da autora propicie a apreensão das permanências das estruturas cosmo-sociológicas nos processos de transformações indígenas, o dinamismo histórico que move o conhecimento nativo acaba por ser situado no fenômeno do xamanismo, ‘quente’ por excelência, como bem acaba por ser localizado na abordagem da autora. Com efeito, a revelação da existência de uma relação de associação semântica entre conhecimento, xamanismo e transformação apresenta-se de acordo com diversos estudos contemporâneos sobre mudança em povos amazônicos, sejam atuais ou históricos. A observação do movimento das *formas* sob a ação de fluxos de energias sociais, apresentadas no estudo destes povos, tem propiciado a articulação teórica entre temas etnológicos ‘quentes’ como a guerra, o colonialismo, a etno-história, o xamanismo e a cura, sob um mesmo conjunto semântico (Taussig 1987, 1993; Albert 1992; Gow 1996; Fausto 2001).

Devido às associações entre transformações ocasionadas pelo xamanismo e pelo conhecimento dos brancos, o casamento interétnico passa a ser visto tanto como elemento estratégico da *agency* feminina – uma vez que a posição das mulheres passa a assumir um lugar de destaque no novo ambiente social – como para o próprio modo de vida dos povos do Uaupés. Segundo a autora, apesar das motivações para o casamento com branco serem diversas, a trajetória das transformações ocorridas seria apenas uma: as mulheres parecem, neste tipo de união, alentar uma nova

perspectiva para sua participação no processo de reprodução social, passando a atuar como veículo de continuidade de sua linha agnática e permanecendo, ao mesmo tempo, perto de sua família natal e da parentela cognática.

Bibliografia

- ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida. 2002. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônica*. São Paulo: Editora Unesp.
- FAUSTO, Carlos. 2001. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP.
- GOW, Peter, 1996. "River People: Shamanism and History in Western Amazonia." In THOMAS, Nicholas & HUMPHREY, Caroline (ed.): *Shamanism, History, & the State*, pp. 90-114. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. 2004. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru: Edusc-Anpocs.
- TAUSSIG, Michel. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMAS, Nicholas & HUMPHREY, Caroline (ed.). 1996. *Shamanism, History, & the State*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

